

Aula 01

*BNB (Analista Bancário) Conhecimentos
Gerais (Tópico 1) - 2023 (Pré-Edital)*

Autor:
Leandro Signori

05 de Março de 2023

Índice

1) Islamismo, Mundo Árabe e Oriente Médio	3
2) A Questão Israel-Palestina	11
3) Afeganistão	14
4) Terrorismo	16



ISLAMISMO, MUNDO ÁRABE E ORIENTE MÉDIO

Ao lado do Cristianismo e do Judaísmo, o Islamismo é uma das três grandes religiões monoteístas, ou seja, que acreditam na existência de um único Deus. O Alcorão é o livro sagrado do Islamismo, que consiste na coletânea das revelações divinas recebidas pelo profeta Maomé de 610 a 632. Os seguidores da religião são conhecidos como muçulmanos. Atualmente, o Islã é a religião que mais se expande no mundo, está presente em mais de 80 países e compreende mais de um bilhão de fiéis. As duas principais ramificações da religião são os **sunitas** e **xiitas**.

Os sunitas defendem que o chefe do Estado muçulmano (califa) deve reunir virtudes como honra, respeito pelas leis e capacidade de trabalho. Qualquer fiel pode ser o líder, desde que seja aceito pela comunidade muçulmana. Os sunitas são a grande maioria, mais de 80%, dos muçulmanos no mundo.

Os xiitas defendem que a chefia do Estado muçulmano só pode ser ocupada por alguém que fosse descendente da linhagem familiar do profeta Maomé ou que possuía algum vínculo de parentesco com ele. São maioria apenas no Irã, no Iraque e no Azerbaijão; nos dois primeiros, os presidentes são dessa ramificação. Os alauítas são uma variação moderada dos xiitas, presentes sobretudo na Síria, tendo o presidente Bashar al-Assad como um dos seus seguidores.

Mundo Árabe e Oriente Médio

O Oriente Médio é uma região com árabes, turcos, persas, curdos e judeus. Faz parte da Ásia, tem muito petróleo e pouca água. Mas não é em todo o Oriente Médio que há petróleo. O óleo está bastante concentrado em reservas na região do Golfo Pérsico e na Mesopotâmia.

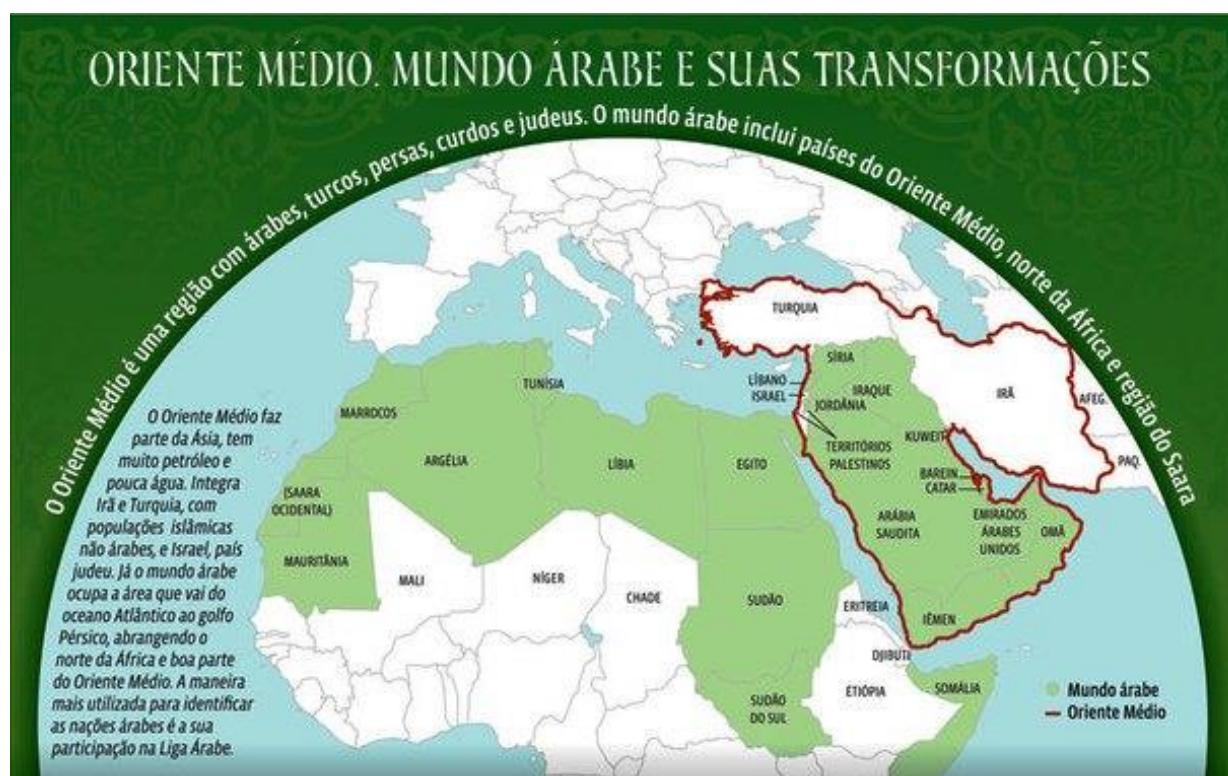
Integra Irã e Turquia, com populações islâmicas não árabes, e Israel, país judeu.

O mundo árabe inclui países do Oriente Médio, norte da África e região do Saara. A maneira mais utilizada para identificar as nações árabes é a sua participação na Liga Árabe. No mundo árabe, predominam populações da etnia árabe, embora seja um grupo étnico muito variado entre si, mas que guarda uma herança histórica comum e se organizam em torno da língua árabe.

O mundo árabe ocupa a área que vai do oceano Atlântico ao golfo Pérsico, abrangendo o norte da África e boa parte do Oriente Médio. Os contornos dos atuais países existentes no mundo árabe são, até certo ponto, arbitrários e resultam do domínio das potências estrangeiras sobre a região no início do século XX. Com fortes interesses no controle das grandes reservas de petróleo, governos estrangeiros negociaram a independência de suas colônias ou áreas sob seu controle para que fossem governadas por aliados ou colaboradores.

Irã e Arábia Saudita são rivais, disputam hegemonia e influência no Oriente Médio. Possuem diferenças étnicas e religiosas: os iranianos são persas e muçulmanos xiitas, os árabes são sunitas. Essas diferenças fazem com que apoiem governos e grupos armados de acordo com a orientação religiosa de cada país. Como exemplo, temos a Síria, onde o Irã apoia o governo do xiita Assad, e a Arábia Saudita apoia grupos rebeldes sunitas, e também o Iêmen, onde o Irã apoia os houthis (xiitas) e a Arábia Saudita grupos sunitas ligados ao ex-presidente Hadi.





A Primavera Árabe

Em 2011, o mundo árabe se viu diante de uma série de revoltas populares, que ficaram conhecidas como Primavera Árabe, em alusão à Primavera de Praga. O palco dos conflitos foi a África do Norte e o Oriente Médio, região formada por países de maioria árabe e muçulmana. As revoltas ocorreram em países com regimes autoritários e tiveram como resultado a deposição dos ditadores da **Tunísia**, **Egito**, **Líbia** e **Iêmen**. Na **Síria**, a revolta se transformou em uma sangrenta **guerra civil**.

A Tunísia foi onde se iniciou a Primavera Árabe, com a Revolução de Jasmim, sendo o único país em que a revolta popular alcançou o objetivo da democracia. Nos demais países onde os ditadores foram derrubados – Egito, Líbia e Iêmen – a Primavera se transformou num tenebroso “Inverno Árabe”, além da Síria, que descambou para a guerra civil.

O fundamentalismo Islâmico

Ainda que o fundamentalismo esteja atualmente muito associado aos islâmicos, grupos fundamentalistas existem em todas as religiões. Os agrupamentos políticos fundamentalistas buscam impor seus dogmas religiosos como base da organização do Estado e da sociedade. A enorme maioria dos adeptos da religião islâmica é constituída por pessoas comuns que professam uma crença religiosa. Por isso é um erro grave, que tem origem em preconceito religioso ou social, associar grupos terroristas que dizem agir em nome do Islamismo com os hábitos e crenças das populações muçulmanas em geral.



O fundamentalismo islâmico é contrário ao Estado democrático e laico, e sua perspectiva é a do Estado teocrático, como no Irã, onde o chefe do Estado é o líder religioso supremo, o aiatolá. Defendem a implantação da **Sharia** – o conjunto de leis e códigos de conduta extraídos do livro sagrado, o **Alcorão**, e da **Suna** (obra que narra a vida e os caminhos de Maomé), como lei, rejeitando o princípio da separação entre religião e Estado.

O fundamentalismo islâmico é a fonte inspiradora de vários grupos armados e terroristas do mundo islâmico, que lutam pela tomada do poder nos países em que atuam. Os mais conhecidos são a Al-Qaeda, o Estado Islâmico, o Boko Haram, Al-Shabaab e Taleban.

Al Qaeda - Fundada pelo saudita Osama bin Laden. Realizou os famosos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. A morte de Bin Laden por uma equipe da Marinha dos EUA, em 2011, enfraqueceu o grupo.

Estado Islâmico - O Estado Islâmico surgiu no contexto da ocupação norte-americana no Iraque e da guerra civil da Síria. Nesses dois países, chegou a conquistar vastas áreas e declarar um califado islâmico, que seria uma espécie de país, onde o líder religioso (califa) e o líder político (chefe de estado) são a mesma pessoa. Foi posteriormente derrotado nesses dois países, onde, praticamente, não controla mais nenhum território. Realizou ataques terroristas em países europeus, nos Estados Unidos e em outros continentes. O autoproclamado califa do grupo, Abu Bakr al-Baghdadi, morreu durante uma operação militar dos Estados Unidos, na província de Idlib, na Síria, em 27 de outubro de 2019.

Boko Haram - Boko Haram significa “educação ocidental é pecado”. Criado na Nigéria, atua nesse país, no Chade, Níger e Camarões. A milícia é conhecida pela prática de atos de extrema violência com o objetivo de impor uma versão mais radical da Sharia (a lei islâmica), que veta a adoção de vários aspectos da cultura ocidental, como a educação laica.

Al-Shabaab - Atua na Somália, é mais um grupo que realiza bárbaros atentados terroristas em nome da sua interpretação radical do Islã e da imposição de uma versão rígida da sharia.

Taleban - Surgiu no Paquistão. Estiveram no poder no Afeganistão, de 1996 a 2001. Os Estados Unidos lideraram uma força internacional que combateu a milícia e os retirou do poder. Mas, no ano de 2021, com a retirada das tropas norte-americanas do país, o Taleban voltou ao poder.

A guerra civil na Síria

O conflito começou como um levante pacífico contra o regime do presidente Bashar al-Assad, em março de 2011. Nos meses seguintes, as manifestações se sucederam, sendo duramente reprimidas pelo governo. Diante da dura repressão, civis opositores e soldados desertores se organizaram em diversos grupos armados com o objetivo de se defenderem das forças do regime.

Em pouco tempo, brigadas rebeldes passaram a lutar contra as forças de segurança pelo domínio de seus territórios. Em agosto de 2011, surge o Exército Livre da Síria (ELS), dirigido pela oposição moderada, que iniciou os combates contra as forças de Assad. Tinha início, assim, a guerra civil que engolfou o país e gerou grande instabilidade no Oriente Médio, com reflexos em todo o planeta.



Com o tempo, a disputa adquiriu contornos sectários, opondo muçulmanos sunitas (maioria da população síria) a alauítas, ramo do islamismo xiita ao qual pertence Assad. O caráter religioso do confronto arrastou potências regionais para ele, dando-lhe uma nova dimensão. A disputa rapidamente ganhou escala e adquiriu uma complexa feição.

Confira a seguir as principais forças participantes do conflito:

Governo Sírio – liderado pelo ditador Bashar al-Assad, que luta para se manter no poder. Apesar de serem alauítas, os Assad mantêm um regime laico, que separa a religião do Estado. As minorias cristãs e alauítas e parte da elite sunita apoiam Assad.

Grupos Rebeldes – se dividem em várias milícias armadas, com agendas distintas, mas com um objetivo em comum: depor Assad e ocupar o poder. A maior expressão é o Exército Livre da Síria (ELS).

Extremistas Islâmicos – o Estado Islâmico (EI) já foi o maior e mais influente grupo extremista a atuar na guerra, antes de ser praticamente derrotado militarmente. Ainda existem vários grupos extremistas atuantes, que, além de combaterem as tropas do regime de Assad, também se opõem aos “rebeldes moderados”.

Curdos – Esse povo é uma etnia apátrida (sem Estado e território próprios). Eles vivem em diversos países, inclusive na Síria, e reivindicam a criação de um Estado para o seu povo – o Curdistão. Desde o início do conflito na Síria, uma milícia chamada Unidade de Proteção do Povo (YPG) foi formada para defender as regiões habitadas pelos curdos no norte do país e se fortaleceu tanto que hoje toma conta de um grande território perto da fronteira turca.

Para o regime de Assad, tornaram-se bastante úteis, porque a milícia se opõe tanto aos rebeldes moderados como aos extremistas do Estado Islâmico. Foram apoiados pelos Estados Unidos na sua luta contra o Estado Islâmico, mas não no pleito de criação do seu país.

A intervenção estrangeira

O **governo da Síria** é apoiado pela **Rússia**, pelo **Irã** e pelo grupo xiita libanês **Hezbollah**. A Rússia é uma aliada histórica da Síria, a quem sempre prestou apoio diplomático e militar. A única instalação militar russa no Mediterrâneo é a base naval de Tartus, no litoral sírio. E os russos não querem correr o risco de perdê-la caso Assad seja alijado do poder. Além disso, a Rússia quer reconquistar um papel relevante no Oriente Médio e voltar a ser encarada como uma superpotência global.

O Irã é o principal aliado de Assad no Oriente Médio e tradicional adversário da Arábia Saudita e Israel. A ele se soma a milícia libanesa Hezbollah – financiada pelo regime de Teerã. Ambos são xiitas e se opõem historicamente aos EUA e a Israel.

A Arábia Saudita, nação muçulmana de maioria sunita, é uma forte opositora do regime sírio. O motivo é simples: Assad é apoiado pelo Irã, rival histórico dos sauditas na região.

Os **EUA** e as **potências europeias** (França, Alemanha e Reino Unido) se posicionam contra Assad. Contudo, a prioridade dos norte-americanos era a de derrotar os terroristas do Estado Islâmico, objetivo que foi alcançado.



A **Turquia** defende a derrubada do regime de Assad e apoia os rebeldes sunitas moderados e, também, os mais radicais, ligados à Al Qaeda.

A longevidade da guerra se explica principalmente por este envolvimento de outros países da região e do mundo, que transformou a Síria em campo para uma guerra indireta.

A Organização das Nações Unidas (ONU) estimou que a guerra já matou mais de 500 mil pessoas e considera o conflito como “a maior crise humanitária do século XXI”. Por causa da guerra, mais de 5 milhões de pessoas tiveram que fugir do país - a maioria mulheres e crianças. São os **refugiados**. Além deles, outros 6,5 milhões foram deslocados pelo interior da Síria. O total de 11,5 milhões de pessoas forçadas a sair de suas casas equivale à metade da população do país. Os refugiados foram principalmente para a Turquia, o Líbano e a Jordânia. Cerca de 10% deles buscaram refúgio na Europa, provocando divisões entre os países do bloco europeu sobre como dividir essas responsabilidades.

Situação atual

A guerra civil ainda não terminou. O regime de Bashar al-Assad, que exerce o controle de grande parte do território sírio habitado e onde se produz economicamente, é o vitorioso. O apoio da Rússia tem sido determinante para a vitória do regime sírio. Os grupos de oposição estão enfraquecidos, mas ainda controlam algumas áreas do país.

O Estado Islâmico está derrotado. Não controla mais nenhuma cidade ou localidade do país. Raqqa, que era a sua capital na Síria, foi conquistada pelas Forças Democráticas da Síria (FDS), uma aliança entre curdos e grupos armados árabes.

Os curdos exercem o controle do Curdistão sírio e de algumas outras regiões do país.

Iraque

O Iraque é um país muito instável, mergulhado em disputas políticas e religiosas. A maioria da população do Iraque é xiita, os sunitas são minoritários. O nordeste do país é habitado por curdos. A democracia do país é frágil. O governo de maioria xiita privilegia este segmento da população, o que acirra as tensões com os sunitas e curdos. O Curdistão iraquiano é uma região com grande autonomia política e administrativa, mas os curdos almejam a independência.

Em 2003, os Estados Unidos invadiram o Iraque e derrubaram do poder Saddam Hussein, da minoria sunita, permanecendo. A queda do ditador levou ao ressurgimento de antigas disputas políticas internas, que ficaram abafadas pelo seu regime ditatorial e sanguinário.

Assim como na Síria, aproveitando-se do caos institucional e das rivalidades entre sunitas e xiitas, o Estado Islâmico conquistou vastas áreas do território iraquiano em 2014 e 2015. No entanto, a partir de 2016, o governo iraquiano, apoiado pelos Estados Unidos, curdos iraquianos, milícias xiitas e sunitas, reorganizou-se e reagiu conquistando todas as áreas que estavam sob controle do Estado Islâmico, que foi derrotado no Iraque.



Curdistão

Os curdos constituem a maior etnia sem Estado. As estimativas demográficas variam entre 25 milhões e 40 milhões de curdos espalhados por uma área contínua de 500 mil quilômetros quadrados que abrange territórios da Turquia, do Iraque, da Síria, do Irã, da Armênia e do Azerbaijão. A construção do seu próprio país é um histórico desejo desse povo.



Fonte: Dictionnaire de Geopolitique

No Iraque, os curdos gozam de grande autonomia na região do Curdistão iraquiano. Contam, inclusive, com um exército próprio. No Irã, os curdos expressam sua identidade cultural livremente, mas os direitos de governo e autoadministração são negados.

Na Síria, habitam a região multiétnica de Rojava, na fronteira com a Turquia. Não possuem autonomia política, mas conquistaram uma autonomia de fato, em função da resistência e por serem decisivos na derrota do Estado Islâmico. Na Turquia, o grupo armado Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) luta contra o Estado turco e recebe apoio da milícia curda na Síria, o YPG (Unidades de Proteção do Povo).

A Turquia não vê com simpatia o fortalecimento dos curdos na Síria e teme a influência deles nos movimentos separatistas e autonomistas dos curdos da Turquia. Em 2018 e 2019, o exército turco realizou ataques no território curdo na Síria, alegando o estabelecimento de uma "zona segura", entre a fronteira com a Turquia e o interior da Síria, livre do controle da milícia curda.

Os curdos foram os principais aliados dos Estados Unidos no combate ao Estado Islâmico. No início de outubro de 2019, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ordenou a retirada das tropas americanas, de cerca de 1.000 militares, do norte da Síria, na região curda. Esses militares assessoravam o YPG e não eram importantes pelo seu número, que era pequeno, mas sim pelo significado do apoio e de uma certa proteção da maior potência militar do mundo aos curdos sírios. A saída dos efetivos norte-americanos abriu o caminho para a incursão das forças armadas da Turquia no norte da Síria no combate aos curdos e no controle militar da faixa de fronteira turco-síria.

Iêmen

O Iêmen está em uma guerra civil desde 2014. A população é dividida em 56% de sunitas e 44% de xiitas. O país é pobre – 80% dos cidadãos dependem de assistência humanitária, de acordo com as Nações Unidas –, mas tem localização geopolítica privilegiada. Ele fica na rota de escoamento de petróleo bruto e na fronteira com a Arábia Saudita, que é uma das maiores potências econômicas e militares do Oriente Médio.

No conflito atual, opõe-se, de um lado, os rebeldes houthis (xiitas) apoiados pelo Irã, e do outro, grupos ligados ao atual presidente Abdrabbuh Mansour Hadi, apoiado pela Arábia Saudita.

Em 2015, a Arábia Saudita passou a liderar uma aliança de países sunitas para conter o avanço dos houthis. A aliança tem o apoio dos Estados Unidos e faz bombardeios aéreos constantes às áreas dominadas pelos rebeldes. No entanto, até hoje não conseguiu recapturar a capital Sanaa. Em resposta os houthis, lançam ataques com mísseis contra o território saudita.

Além dos houthis, apoiados pelo Irã, e do presidente Hadi, apoiado pela Arábia Saudita, a disputa de poder no Iêmen inclui tribos sunitas, a Al-Qaeda e até o Estado Islâmico.

Em setembro de 2019, duas grandes instalações petrolíferas da Arábia Saudita foram alvo de um ataque com drones, o que levou à redução pela metade da produção de petróleo saudita nos dias seguintes, o que significou uma redução de 5% na produção mundial de petróleo. A Arábia Saudita é o maior exportador mundial de petróleo.

A Arábia Saudita e os Estados Unidos acusaram o Irã de ter sido o responsável pelos ataques e de que ele não teria partido do Iêmen. O Irã negou qualquer envolvimento no ataque.

Irã

O Irã ocupa lugar central no xadrez do Oriente Médio. Constitui-se em uma república islâmica e segue a vertente xiita do Islamismo. Posiciona-se frontalmente contra Israel e é aliado do regime sírio de Bashar al-Assad, exercendo também influência sobre partidos xiitas que estão no governo do Iraque. Dessa forma, busca formar um arco xiita de poder, centrado na oposição a Israel e às monarquias sunitas do Golfo Pérsico, como a Arábia Saudita.



Em 2015, o Irã e o grupo de países denominado 5+1 (EUA, França, Reino Unido, Rússia e China + Alemanha) chegaram a um acordo sobre o seu programa nuclear. O acordo limitou e condicionou o programa, de forma que não fosse possível ao país desenvolver armas nucleares, mas autorizou o Irã a prosseguir com um programa nuclear civil, em troca da retirada das sanções internacionais que asfixiavam a sua economia.

Em maio de 2018, os Estados Unidos anunciaram a sua retirada do acordo. Desde quando era pré-candidato a presidente, Donald Trump vinha criticando o texto, articulado pelo antecessor Barack Obama.

Com a saída do acordo, os EUA retomaram a aplicação de sanções econômicas ao Irã, proibindo que empresas e cidadãos americanos venham a ter qualquer tipo de negócio com o governo, setor privados e cidadãos iranianos. Governos, empresas e cidadãos de qualquer outro país que realizarem negócios com o governo, empresas e cidadãos iranianos podem ser punidos com a proibição da realização de negócios nos Estados Unidos.

O ano de 2019 foi marcado por elevação das tensões entre o Irã e os EUA, com diversas acusações e movimentos militares de ambos os lados, gerando temores sobre a deflagração de uma guerra direta entre os dois países.

Os EUA culpam o Irã pela danificação de quatro navios petroleiros no Golfo de Omã, pelo abate de um drone estadunidense, e por ataques a instalações petrolíferas sauditas, além do ataque a uma base estadunidense no Iraque que matou um funcionário terceirizado das forças armadas norte-americanas.

Em resposta à derrubada do drone militar realizaram um ataque cibernético que derrubou computadores militares do Irã. O país também realizou ataques que mataram 24 pessoas em bases de uma milícia xiita pro-Irã no Iraque e na Síria.

Em janeiro de 2020, por ordem de Donald Trump, um ataque com drones assassinou o **general Qasem Soleimani**, perto do aeroporto da capital iraquiana, Bagdá. Qasem era o grande cérebro por trás da estratégia militar e geopolítica do Irã, e muito próximo do aiatolá Ali Khamenei. O Irã respondeu ao assassinato prometendo vingança, e anunciou que não mais cumprirá o acordo nuclear de 2015 - que fixava o processo de enriquecimento em 3,6% - e que sua produção não terá mais limites.



A QUESTÃO ISRAEL-PALESTINA

A região da Palestina foi ocupada e conquistada por muitos povos, entre eles os judeus. No século VI a.C., o povo judeu iniciou sua primeira dispersão pelo mundo, mas seu projeto de possuir um território só se concretizou após a Segunda Guerra Mundial.

Em 1947, a Organização das Nações Unidas aprovou a partilha da Palestina em dois Estados – um para os judeus, com 53% do território, outro para os árabes, com 47%. A cidade de Jerusalém permaneceria sob administração internacional. Estes últimos rejeitaram o plano.

Em 14 de maio de 1948, foi criado o Estado de Israel. Imediatamente, cinco países árabes – Egito, Síria, Transjordânia (atual Jordânia), Iraque e Líbano – enviaram tropas para impedir sua fundação. Com o respaldo dos Estados Unidos e da União Soviética, Israel conseguiu derrotar esses exércitos, e a guerra se encerrou com um armistício assinado em janeiro de 1949.

O novo Estado ampliou seus domínios em relação às fronteiras originais aprovadas pela ONU. Com a vitória, Israel passou a ocupar 75% da Palestina, e mais de 700 mil árabes palestinos foram expulsos.

Ao fim da guerra, além da expansão de Israel, o Egito havia ocupado a Faixa de Gaza e a Transjordânia anexara Jerusalém Oriental e Cisjordânia (o nome do país passou a ser Jordânia). Com isso, os palestinos ficaram sem território, tornando-se refugiados na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e nos países árabes vizinhos, ou migrando para longe.

Em 1967, diante da aliança militar entre Egito, Síria e Jordânia, Israel, fortemente armado pelos EUA, atacou os três países na Guerra dos Seis Dias. Passou, então, a controlar a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (que seria devolvida ao Egito em 1982), além das Colinas de Golã, território da Síria ocupado até hoje.

A população árabe-palestina passou a lutar pela configuração de novas fronteiras e pelo reconhecimento de um Estado palestino independente. Em 1964, exilados no Líbano fundaram a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Em 1988, autoproclamaram seu Estado com o nome de Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Entre 1993 e 1995 foram assinados os Acordos de Paz de Oslo, entre Israel e a ANP, com mediação dos EUA. Os acordos traçaram a meta de dois Estados: um judeu (Israel) e um palestino, formado pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia, ambas ocupadas pelos israelenses em 1967. Definiram ainda a criação da Autoridade Nacional Palestina, como embrião do futuro Estado.



Evolução territorial

■ Área histórica da Palestina ■ Estado árabe ■ Estado judeu

1921

Domínio britânico



Sob controle britânico desde o final da I Guerra Mundial, o território árabe da Palestina recebe importante imigração de judeus. O movimento sionista se propõe a fundar um Estado judeu na região.

1947

Proposta da ONU



Após a II Guerra Mundial, a ONU aprova a proposta de partilha da região em dois Estados: um judeu e um árabe.

1948

Fundação de Israel



Ao final da Guerra de Independência, Israel ocupa a maior parte da Palestina, e os palestinos ficam sem Estado.

1967

Após a Guerra dos Seis Dias



Na Guerra dos Seis Dias, Israel derrota Egito, Síria e Jordânia e ocupa territórios vizinhos: as Colinas de Golã (Síria), a Cisjordânia (Jordânia), a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (Egito). Em 1982, devolve o Sinai.

1993

Tratado de Oslo



Com os acordos de Oslo, os palestinos passam a ter autonomia relativa em partes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

O acordo fracassou e o Estado palestino independente ainda não se concretizou. O povo palestino está separado de Israel e entre si, em 21 enclaves. Essa situação perturbou todas as atividades econômicas, pois, decorridos mais de 70 anos, os territórios palestinos ocupados apresentam grande deterioração econômica e baixa qualidade de vida.

Apesar de ter sido considerado ilegal pela Assembleia Geral da ONU, **Israel construiu um muro na Cisjordânia com mais de 9 metros de altura, controlando a entrada de não judeus em território israelense.** Esse paredão restringe o direito de ir e vir, anexa áreas palestinas a Israel e impede a circulação normal de pessoas na cidade de Jerusalém.

Atualmente, os palestinos do Hamas (grupo mais radical de origem guerrilheira, fortemente hostil a Israel) controlam a faixa de Gaza, enquanto a Autoridade Palestina (menos refratária ao Ocidente e a acordos de paz com Israel) domina partes da Cisjordânia, entre elas a cidade de Belém.

Nos últimos 25 anos, essa perspectiva geral dos “dois Estados” é a que tem guiado as negociações de paz. Na prática, porém, não houve avanços. Do lado israelense, o atual governo defende posições que os palestinos consideram inaceitáveis, como a continuidade e a ampliação dos **assentamentos israelenses na Cisjordânia.**

Ponto de honra para os árabes nas negociações é o **direito ao retorno dos palestinos expulsos de Israel e seus descendentes pelas guerras** de 1948 e dos Seis Dias (1967). O governo israelense não aceita sequer debater a sua volta, pois o eventual regresso colocaria em xeque a própria existência de Israel tal como é hoje.

São mais de 5 milhões de pessoas que vivem de forma precária em campos de refugiados superpovoados. Segundo a ONU, é o maior contingente de refugiados do mundo. Os países árabes onde se situam os campos mal garantem o mínimo para sua sobrevivência. Os palestinos continuam reivindicando o retorno às antigas casas e a devolução de suas posses, mas Israel resiste em aceitar a ideia.

A questão demográfica preocupa o país, pois o número de palestinos residentes em Israel e nos territórios palestinos somados já ultrapassou o número de judeus israelenses.



A questão de Jerusalém

Outra divergência é sobre o **status da cidade de Jerusalém**. Jerusalém é uma cidade sagrada para as três grandes religiões monoteístas do mundo: cristianismo, islamismo e judaísmo.

Os palestinos defendem que a parte oriental da cidade, ocupada pelos israelenses desde 1967, seja a capital de seu futuro Estado. Israel não aceita essa divisão, reivindicando a cidade inteira como a sua própria capital. Em Jerusalém estão sediados os poderes executivo, legislativo e judiciário de Israel, que a considera como a capital eterna e indivisível dos judeus. A ONU considera que Israel ocupa ilegalmente a totalidade de Jerusalém e orienta que nenhum país instale a sua embaixada na cidade.

Em dezembro de 2017, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reconheceu Jerusalém como capital de Israel e anunciou a transferência da embaixada americana de Tel Aviv, primeira capital israelense, para a cidade. A decisão dos Estados Unidos levou a muitas manifestações contrárias da comunidade internacional e da unanimidade dos países islâmicos. A embaixada, em Jerusalém, foi inaugurada em maio de 2018, no mesmo dia que se comemorou os 70 anos de fundação do Estado de Israel.

A resistência de grupos palestinos

Desde a resolução da ONU, de 1947, da partilha da Palestina há milícias palestinas-islâmicas armadas que não aceitam a criação do Estado de Israel, os avanços territoriais de Israel e a situação a qual é submetido o povo palestino por parte do Estado israelense.

Destacam-se o Hamas e a Jihad Islâmica, de orientação sunita, baseados na Faixa de Gaza. No Líbano destaca-se o Hezbollah, de orientação xiita. Ao longo dos anos ocorreram vários conflitos armados entre o Hamas e o Estado de Israel (2008, 2012, 2014, 2018 e 2021) e a Jihad Islâmica (2022).



AFEGANISTÃO

O Taliban é uma milícia islâmica fundamentalista, da vertente sunita. Suas origens estão na invasão da União Soviética ao Afeganistão, em 1979, quando, para conter o avanço do bloco socialista, os Estados Unidos financiaram milícias religiosas islâmicas, denominados **mujahedin**, para combater os invasores. Combatentes deste período fundaram o Taliban em 1994, que chegou ao poder em 1996, ao conquistar a capital, Cabul.

No poder, o grupo instituiu um rígido regime, baseado em uma versão radical da **Sharia**, a lei islâmica. As mulheres não tinham permissão para trabalhar ou estudar e deveriam ficar confinadas em casa. Elas só poderiam sair se estivessem acompanhadas de um homem. Era obrigatório o uso da burca, cobrindo todo o corpo, da cabeça aos pés, e mulheres acusadas de adultério eram apedrejadas na rua. A televisão, a música, os filmes e os livros considerados fora dos preceitos islâmicos foram proibidos.

O Taliban deu abrigo e proteção à rede terrorista Al Qaeda, liderada por Osama bin Laden. Em 11 de setembro de 2001, essa organização terrorista realiza os atentados às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, e ao Pentágono, em Washington, deixando centenas de mortos e milhares de feridos.

Com a recusa do governo do Taliban em entregar Osama Bin Laden, em resposta aos atentados terroristas, o presidente americano, George W. Bush, com apoio internacional, inicia a chamada “guerra ao terror” e invade o Afeganistão, ainda no ano de 2001.

A ação resultou na derrubada do Taliban, e o grupo passou a agir como insurgente desde então. **Bin Laden foi morto em 2011, no Paquistão, em uma ação de forças especiais dos Estados Unidos.** Mas a ocupação estrangeira foi incapaz de derrotar o grupo, que seguiu controlando regiões do interior do país e enfrentando os americanos.

Em 2020, após 19 anos de conflito armado, os EUA (governo Donald Trump) e o Taliban assinaram um acordo de paz em Doha, no Catar, que estabeleceu a retirada progressiva das tropas norte-americanas do país. Em contrapartida, o Taliban deveria interromper suas conexões com grupos terroristas internacionais e impedir que eles utilizem o Afeganistão para realizar ataques contra os EUA.

A saída total das tropas estava prevista para até 1º de maio de 2021, mas foi adiada para 11 de setembro de 2001, coincidindo com a lembrança simbólica dos 20 anos dos bárbaros atentados terroristas. Por fim, as últimas tropas deixaram o país em 30 de agosto de 2021, encerrando a mais longa guerra dos Estados Unidos.

À medida que as tropas estrangeiras foram deixando o país, o Taliban foi avançando. Em poucos meses, conquistou grande parte do território afegão. O exército nacional ofereceu pouca resistência. No dia 15 de agosto de 2021, chegou na capital, Cabul, e retomou o poder no país.

O retorno do Taliban ao poder levou dezenas de milhares de pessoas a fugirem do Afeganistão. O ex-presidente, Ashraf Ghani, também deixou o país.

No poder, o Taliban declarou que o Afeganistão passa a se chamar **Emirado Islâmico do Afeganistão**, mesmo nome adotado pelo grupo fundamentalista quando assumiu o poder pela primeira vez, em 1996. A lei será a



Sharia, sistema jurídico baseado no Alcorão. O grupo apresentou um discurso mais moderado, afirmando que os direitos das mulheres serão respeitados dentro do código religioso, que buscará inserir mulheres no poder e dialogar com outros países de forma diplomática. Contudo, tem perseguido opositores e jornalistas.

A retirada dos Estados Unidos do país mudará completamente a geopolítica do Afeganistão e da região. O **vácuo de poder** deixado pelos americanos no país abre o caminho para China e Rússia ampliarem a sua influência na Ásia Central. A China sinalizou o reconhecimento à tomada de poder pelo Taliban e anunciou que está disposta a manter “relações amistosas” com o grupo, desde que não apoiem de nenhuma forma os separatistas islâmicos uigures de Xingiang, na fronteira com o Afeganistão.



TERRORISMO

Terrorismo é o uso de violência física ou psicológica, por meio de ataques localizados a elementos ou instalações de um governo ou da população governada, de modo a incutir medo, terror, e, assim, obter efeitos psicológicos que ultrapassem largamente o círculo das vítimas, alargando-se para a população do território.

Contudo, não há uma definição ou conceito único de terrorismo. A Organização das Nações Unidas, por exemplo, define o terrorismo da seguinte forma: “Atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral [...]”.

Um ato terrorista serve como uma vitrine para grupos terroristas se promoverem, mostrarem força e desafiarem seus inimigos. O grupo terrorista consegue, dessa forma, chamar atenção para suas causas políticas, que geralmente são bastante radicais.

A retórica da “guerra ao terror” do ex-presidente norte-americano George W. Bush levou muitos a associarem o terrorismo ao islamismo. Na verdade, há **grupos fundamentalistas** em todas as religiões. São os que enxergam nos textos sagrados de sua crença a orientação para a organização do Estado e da sociedade. É uma posição que recusa a democracia e se opõe à perspectiva adotada pela Revolução Francesa (1789) de separação entre religião e Estado.

O **terrorismo islâmico** é uma forma de terrorismo religioso cometido por extremistas islâmicos. Fundamenta-se numa leitura dogmática e literal de trechos do Alcorão, o livro sagrado do Islã. São grupos armados que não contam com o apoio e a adesão da maioria da população islâmica. É um erro associar mecanicamente o Islã ao fenômeno do terror político contemporâneo.

O fundamentalismo islâmico é a fonte inspiradora de vários grupos armados do mundo islâmico, que lutam pela tomada do poder nos países em que atuam. Os mais conhecidos são a Al-Qaeda, o Estado Islâmico e o Boko Haram.

O terrorismo, por definição e por sua própria natureza, não aceita o contrário e, em vez de assumir o confronto de ideias, parte para a eliminação do adversário, considerado como um inimigo irreconciliável. Os valores democráticos caracterizam-se como o oposto dessa visão autoritária e estreita do terrorismo.

Na esfera internacional e no âmbito interno dos países, o terrorismo pode ser combatido pelo uso rigoroso e firme de mecanismos legais de repressão e pela cooperação internacional.

O uso de mecanismo legais de repressão deve ocorrer no âmbito do estado de direito, com a preservação de direitos humanos e democráticos da população dos países. A cooperação internacional propicia a realização de um esforço conjunto entre países e organismos internacionais, com vistas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de segurança e inteligência internacional, para que se tenham melhores condições de êxito na luta contra o terrorismo.

Por fim, cabe destacar o papel da opinião pública, que, por diversas formas, tem se posicionado frontalmente contrária às ideias, atos e atitudes de organizações terroristas.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.